



## PARTE I.

### Enquadramento



1. Introdução
  2. Finalidade e Objetivos
  3. Tipificação dos Riscos
  4. Critérios para Ativação
-

*Esta página foi deixada propositadamente em branco*

## Ficha Técnica do Documento

<b>Título:</b>	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) do Município de Braga – Parte I
<b>Descrição:</b>	A Parte I faz uma apresentação geral do documento, estabelecendo nomeadamente: o diretor do plano e seus substitutos; a finalidade do plano e os objetivos específicos a que pretende responder; a tipificação dos riscos que incidem na respetiva área territorial e os mecanismos e circunstâncias fundamentadoras para a ativação/ desativação do plano.
<b>Data de produção:</b>	1 de junho de 2017
<b>Data da última atualização:</b>	13 de setembro de 2017
<b>Versão:</b>	Versão 04
<b>Desenvolvimento e produção:</b>	GeoAtributo, C.I.P.O.T., Lda.
<b>Coordenador de Projeto:</b>	Ricardo Almendra   Geógrafo (Desenvolvimento e Ambiente)
<b>Equipa técnica:</b>	Andreia Mota   Geógrafa (Desenvolvimento e Ambiente) Teresa Costa   Geógrafa (Planeamento e Gestão do Território)
<b>Consultores:</b>	Rodrigo Silva   Técnico de Proteção Civil
<b>Equipa do Município</b>	Vítor Azevedo   Chefe de Divisão Municipal de Proteção Civil (DMPC) Nuno Trigo   Divisão Municipal de Proteção Civil (DMPC) / Gabinete Técnico Florestal (GTF)
<b>Código de documento:</b>	025
<b>Estado do documento:</b>	Versão para consulta pública.
<b>Código do Projeto:</b>	051030306
<b>Nome do ficheiro digital:</b>	01_PME_BRAGA_Parte_I_V04

*Esta página foi deixada propositadamente em branco*

## ÍNDICE

ÍNDICE.....	5
ÍNDICE DE FIGURAS.....	6
ÍNDICE DE QUADROS .....	6
ÍNDICE DE MAPAS .....	6
1 INTRODUÇÃO .....	7
2 FINALIDADE E OBJETIVOS .....	12
3 TIPIFICAÇÃO DOS RISCOS .....	13
4 CRITÉRIOS PARA A ATIVAÇÃO .....	14
4.1 Competências para Ativação do Plano .....	14
4.2 Critérios para Ativação do Plano.....	16

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Estrutura do PMEPCB .....	8
Figura 2: Riscos naturais, mistos e tecnológicos com maior probabilidade de ocorrência no Município de Braga.....	13
Figura 3: Processo de ativação do PMEPCB.....	15

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Enquadramento legal do PMEPCB .....	9
Quadro 2: Critérios de ativação do PMEPCB .....	16

## ÍNDICE DE MAPAS

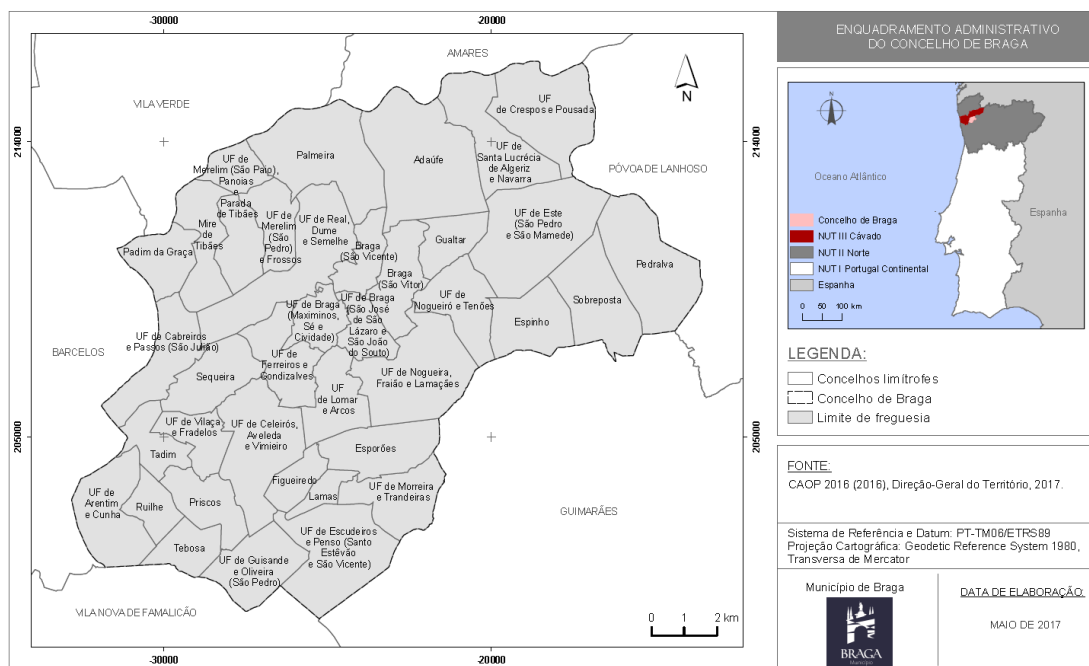
Mapa 1: Enquadramento administrativo do Município de Braga .....	7
--	---

## 1 INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Braga, em diante designado por PMEPCB, é um documento formal que define o modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil a nível municipal. Este permite, também, antecipar os cenários suscetíveis de desencadear um acidente grave ou catástrofe, definindo a estrutura organizacional e os procedimentos para preparação e aumento da capacidade de resposta à emergência. Este assume-se como um plano de âmbito geral, elaborado para enfrentar a generalidade das situações de acidente grave ou catástrofe que se admitem para o Município de Braga.

O âmbito territorial de aplicação do PMEPCB é o concelho de Braga, abrangendo uma área total de 183,4 km<sup>2</sup> (INE, 2014) e cerca de 181.494 indivíduos (INE, 2014). O Município de Braga integra a NUT I – Portugal, NUT II – Norte, NUT III – Cávado, sendo sede de distrito e um dos 14 municípios que compõem o distrito de Braga. Nos termos da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que estabelece a reorganização administrativa do território das freguesias, o Município de Braga é constituído por um total de 37 freguesias (Mapa 1). Este encontra-se limitado a norte pelos concelhos de Vila Verde e Amares, a nordeste e este pela Póvoa de Lanhoso, a sul e sueste por Guimarães e Vila Nova de Famalicão e a oeste pelo concelho de Barcelos.

**Mapa 1: Enquadramento administrativo do Município de Braga**



Elaborado por GeoAtributo, 2017.

Enquanto responsável municipal pela política de proteção civil e autoridade municipal de proteção civil, o diretor do PMEPCB é o Presidente da Câmara Municipal de Braga que, em caso de ausência ou impedimento será substituído pelo Vereador com competência delegada.

O PMEPCB foi elaborado em conformidade com o disposto na Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 30/2015, de 7 de maio, a qual estabelece os critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil, encontrando-se estruturado em 3 partes distintas, conforme exposto na figura seguinte:

**Figura 1: Estrutura do PMEPCB**

## Parte I - Enquadramento

- Apresentação geral do plano;
- Designação do diretor do plano e seus substitutos;
- Finalidade do plano e os objetivos a serem respondidos;
- Mecanismos inerentes à ativação/desativação do plano.

## Parte II - Execução

- Organização geral das operações de proteção civil a executar;
- Definição de responsabilidades dos serviços e agentes de proteção civil;
- Estrutura dos meios operacionais a empregar nas operações;
- Identificação e descrição das infraestruturas para as operações de proteção civil;
- Definição de mecanismos adequados de notificação à autoridade de proteção civil;
- Definição de medidas e ações a desencadear no decorrer das operações.

## Parte III - Inventários, Modelos e Listagens

- Identificação dos principais recursos existentes;
- Identificação dos contactos das várias entidades intervenientes no plano e nas operações de proteção civil;
- Modelos de relatórios, requisições e comunicados utilizados nas operações de proteção civil.

Para além da Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 30/2015, de 7 de maio, a elaboração do PMEPCB teve, também, em consideração a legislação em vigor no âmbito da proteção civil e, em particular, os seguintes diplomas legais:



**Quadro 1: Enquadramento legal do PMEPCB**

Diploma	Descrição
<b>Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 30/2015, de 7 de maio</b>	<p>Critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil.</p> <p>Normaliza a estrutura e os conteúdos dos planos de emergência de proteção civil e define a periodicidade com que devem ser revistos e sujeitos a exercícios.</p> <p>Esta resolução clarifica ainda o acesso público aos planos de emergência e garante a disponibilização das suas componentes não reservadas, por um período não inferior a 30 dias.</p>
<b>Despacho n.º 3551/2015, de 9 de Abril</b>	<p>Procede à regulamentação e definição do desenvolvimento do Sistema de Gestão de Operações (SGO), no âmbito do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS), que se aplica a todos os Agentes de Proteção Civil (APC) e Entidades com especial dever de cooperação, quando empenhados em operações de proteção e socorro.</p>
<b>Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro</b>	<p>Enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, organização dos serviços municipais de proteção civil e competências do comandante operacional municipal.</p> <p>Relativamente aos planos municipais de emergência, a referida lei determina que os mesmos devem ser elaborados de acordo com as diretivas emanadas da Comissão Nacional de Proteção Civil.</p>
<b>Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho</b> (Com as alterações pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro e pelo Decreto-Lei n.º 72/2013, de 31 de maio)	<p><b><u>Decreto-Lei n.º 134/2006</u></b></p> <p>Regulamenta o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro.</p> <p>O Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS), conforme definido em diploma próprio, é o conjunto de estruturas, normas e procedimentos que asseguram que todos os agentes de proteção civil atuam, no plano operacional, articuladamente sob um comando único, sem prejuízo da respetiva dependência hierárquica e funcional.</p> <p>O referido diploma estabelece ainda o sistema de gestão de operações, que define a organização dos teatros de operações e dos postos de comando, clarificando competências e consolidando a doutrina operacional.</p>
	<p><b><u>Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro</u></b></p> <p>O presente decreto-lei procede à transferência das competências dos governos civis, no âmbito da competência legislativa do Governo, para outras entidades da Administração Pública, estabelece as regras e os procedimentos relativos à liquidação do património dos governos civis e à definição do regime legal aplicável aos seus funcionários, até à sua extinção.</p>
	<p><b><u>Decreto-Lei n.º 72/2013, de 31 de maio</u></b></p> <p>Altera (segunda alteração) o Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho, que cria o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro e procede à respetiva republicação.</p>

Diploma	Descrição
<p><b>Lei n.º 27/2006, de 3 de julho</b></p> <p>(Com as alterações introduzidas pela Lei orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, e pela Lei n.º 80/2015, de 03 de agosto)</p>	<p><b><u>Lei n.º 27/2006, de 3 de julho</u></b></p> <p>Aprova a Lei de Bases da Proteção Civil.</p> <p>No que concerne à atividade da proteção civil de âmbito municipal, delibera sobre as competências do Presidente da Câmara Municipal, no que respeita à execução da política de proteção civil e define a composição e competências das Comissões Municipais de Proteção Civil.</p>
	<p><b><u>Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro</u></b></p> <p>Transfere competências dos governos civis e dos governadores civis para outras entidades da Administração Pública em matérias de reserva de competência legislativa da Assembleia da República.</p>
	<p><b><u>Lei n.º 80/2015, de 03 de agosto</u></b></p> <p>Procede à segunda alteração à Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, que aprova a Lei de Bases da Proteção Civil, alterada pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro.</p>

Neste contexto, o PMEPCB articula-se com os instrumentos de ordenamento do território vigentes no Município de Braga, destacando-se particularmente os seguintes planos:

- Plano Diretor Municipal (PDM) de Braga;
- Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) de Braga;
- Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil (PDEPC) de Braga;
- Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) dos municípios vizinhos, designadamente:
  - PMEPC de Amares;
  - PMEPC de Póvoa de Lanhoso;
  - PMEPC de Guimarães;
  - PMEPC de Vila Nova de Famalicão;
  - PMEPC de Barcelos;
  - PMEPC de Vila Verde.

O PMEPCB deve ser revisto no prazo máximo de cinco anos após a sua entrada em vigor (n.º 1 do artigo 9.º da Resolução n.º 30/2015, de 7 de maio), podendo a Comissão Nacional de Proteção Civil (CNPC) fixar um prazo máximo de revisão inferior ao anteriormente mencionado, caso entenda ser justificada a introdução de medidas corretivas para aumentar a funcionalidade do PMEPC (n.º 2 do artigo 9.º da Resolução n.º 30/2015, de 7 de maio). Na sua revisão devem ser considerados os ensinamentos adquiridos aquando da realização de exercícios ou de anteriores ativações dos planos, bem como as informações decorrentes de novos estudos ou relatórios de carácter técnico ou científico, designadamente quanto à perceção de novos riscos ou à identificação de novas vulnerabilidades na respetiva área territorial.

Por último, importa referir que o PMEPCB entra em vigor a partir do primeiro dia útil seguinte ao da publicação no Diário da República e da respetiva deliberação de aprovação pela Comissão Nacional de Proteção Civil (CNPC).

## 2 FINALIDADE E OBJETIVOS

Conforme referido anteriormente, o PMEPCB é um documento formal que define o modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil a nível municipal. Deverá também permitir antecipar os cenários suscetíveis de desencadear um acidente grave ou catástrofe, definindo a estrutura organizacional e os procedimentos para preparação e aumento da capacidade de resposta à emergência.

Este exprime um conjunto de medidas, normas, procedimentos e missões, destinado a fazer face a uma situação de acidente grave ou catástrofe e a minimizar as suas consequências. O PMEPCB tem em vista o cumprimento dos seguintes objetivos gerais:

- ➔ Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;
- ➔ Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil;
- ➔ Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver;
- ➔ Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes;
- ➔ Inventariar os meios e recursos disponíveis para acorrer a um acidente grave ou catástrofe;
- ➔ Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade;
- ➔ Assegurar a criação de condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifique;
- ➔ Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes;
- ➔ Promover a informação das populações através de ações de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a assumpção de uma cultura de autoproteção e o entrosamento na estrutura de resposta à emergência.

## 3 TIPIFICAÇÃO DOS RISCOS

O PMEPCB tem como destino uma resposta à globalidade dos riscos que possam afetar o território. No PMEPCB foram identificados os riscos que apresentam maior probabilidade de ocorrência no concelho de Braga e que pela sua particular incidência e/ou potencial gravidade das suas consequências merecem destaque, nomeadamente:

**Figura 2: Riscos naturais, mistos e tecnológicos com maior probabilidade de ocorrência no Município de Braga**

### **RISCOS NATURAIS (os que resultam do funcionamento dos sistemas naturais)**

- Movimentos de Massa em Vertentes;
- Cheias e Inundações;
- Sismos;
- Ondas de calor;
- Vagas de Frio;
- Geadas;
- Nevões;
- Nevoeiros;
- Secas.

### **RISCOS MISTOS (decorrem da combinação de ações continuadas de atividade humana com o funcionamento dos sistemas naturais)**

- Incêndios Florestais;
- Degradação e Contaminação de Aquíferos.

### **RISCOS TECNOLÓGICOS (advêm de acidentes, frequentemente súbitos e não planeados, decorrentes da atividade humana)**

- Acidentes Rodoviários;
- Acidentes Ferroviários;
- Acidentes no Transporte Terrestre de Mercadorias Perigosas;
- Acidentes Industriais que envolvam Substâncias Perigosas;
- Colapso de Estruturas (barragens, pontes, viadutos, diques);
- Ruína de Edifícios;
- Incêndios Urbanos.

## 4 CRITÉRIOS PARA A ATIVAÇÃO

A ativação do PMEPCB visa assegurar a colaboração das várias entidades intervenientes, garantindo a mobilização mais rápida dos meios e recursos afetos ao plano e uma maior eficácia e eficiência na execução das ordens e procedimentos previamente definidos.

### 4.1 COMPETÊNCIAS PARA ATIVAÇÃO DO PLANO

Em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho (na redação dada pela Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto), e no n.º 3 do artigo 3.º da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, pertence à CMPC a competência para ativar o PMEPCB.

Por razões de celeridade do processo, a CMPC de Braga pode deliberar a ativação do plano com uma composição reduzida, sendo posteriormente sancionada pelo plenário da Comissão. Contudo, a composição reduzida da CMPC deve contar no mínimo com a presença dos seguintes elementos:

- Presidente da Câmara Municipal de Braga, que preside;
- Coordenador Municipal de Proteção Civil;
- Diretor Municipal de Obras e Serviços Municipais;
- Um elemento do Comando de cada corpo de bombeiros existentes no Município;
- Um elemento do Comando de cada uma das forças de segurança existentes no Município;
- Comandante ou Coordenador da Polícia Municipal de Braga;
- O representante do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM).

A publicitação da ativação/desativação do PMEPCB será efetuada através de um comunicado escrito, a emitir pela CMPC, o qual será difundido através dos seguintes meios de divulgação:

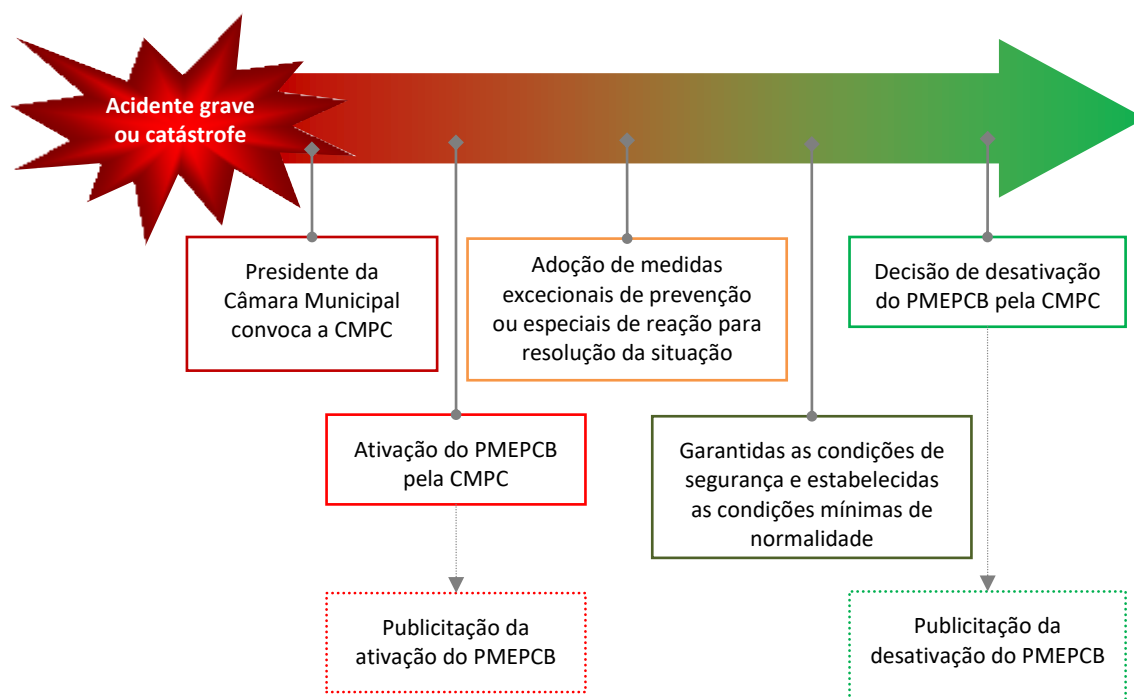
- Sítio da Câmara Municipal de Braga ([www.cm-braga.pt](http://www.cm-braga.pt));
- Órgãos de comunicação social:
  - Antena Minho;
  - Rádio Universitária do Minho;
  - Rádio Televisão do Minho;
  - Jornal Correio do Minho;
  - Diário do Minho.

- ➡ Editais;
- ➡ Mensagens SMS;
- ➡ Outros meios de divulgação disponíveis.

A ativação do PMEPCB deverá ser comunicada ao Comando Distrital das Operações de Socorro (CDOS) de Braga e aos municípios vizinhos (Amares, Póvoa de Lanhoso, Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Barcelos e Vila Verde), através da via mais rápida (redes telefónicas fixas ou móveis, correio eletrónico, etc.).

O processo de ativação e desativação inclui, sucintamente, as seguintes etapas:

**Figura 3: Processo de ativação do PMEPCB**



A desativação do PMEPCB, apenas deverá ser declarada quando estiver garantida a segurança da população, bem como as condições mínimas de normalidade das áreas afetadas pelo acidente grave ou catástrofe. Esta desativação é feita pela CMPC de Braga, comunicando este procedimento aos mesmos destinatários e utilizando os mesmos meios que foram utilizados para declaração da sua ativação.

## 4.2 CRITÉRIOS PARA ATIVAÇÃO DO PLANO

O PMEPCB deverá ser ativado perante a iminência ou ocorrência de uma situação grave ou catástrofe, onde se prevejam danos elevados para as populações, bens e ambiente, que justifiquem a adoção de medidas preventivas ou especiais de reação. Dada a complexidade e transversalidade dos riscos considerados no PMEPCB, a definição de parâmetros universalmente aceites torna-se difícil, contudo existem alguns critérios que devem ser considerados e que permitem basear-se para a ativação do plano, designadamente:

**Quadro 2: Critérios de ativação do PMEPCB**

DEFINIÇÃO DO CRITÉRIO	DESCRIÇÃO	GRAVIDADE
EFEITOS NA POPULAÇÃO	Até 15 sinistrados; Até 20 famílias desalojadas;	Moderada
	Entre 15 e 30 sinistrados; Entre 20 e 30 famílias desalojadas; Até 15 mortos.	Acentuada
	Mais de 30 sinistrados; Mais de 30 famílias desalojadas; Mais de 15 mortos	Crítica
DANOS NOS BENS E PATRIMÓNIO	Inutilização dos bens por menos de 24 horas;	Moderada
	Inutilização dos bens por um período compreendido entre 24 e 48 horas;	Acentuada
	Inutilização dos bens por um período superior a 48 horas.	Crítica
DANOS NOS SERVIÇOS E INFRAESTRUTURAS	Afetação de serviços e/ou infraestruturas que pela sua importância causa constrangimento na comunidade (menos de 24 horas);	Moderada
	Afetação de serviços e/ou infraestruturas que pela sua importância causa constrangimento na comunidade (período compreendido entre 24 e 48 horas);	Acentuada
	Afetação de serviços e/ou infraestruturas que pela sua importância causa constrangimento na comunidade (período superior a 48 horas).	Crítica
DANOS NO AMBIENTE	Algum impacto no ambiente mas sem efeitos duradouros;	Moderada
	Alguns impactos no ambiente com efeitos a longo prazo;	Acentuada
	Impacte ambiental significativo e/ou danos permanentes.	Crítica
CARACTERÍSTICAS DA OCORRÊNCIA	Controlável com reforço e empenhamento de vários meios e uma atuação concertada; Controlável em menos de 12 horas;	Moderada



DEFINIÇÃO DO CRITÉRIO	DESCRIÇÃO	GRAVIDADE
	Situação dificilmente controlável em menos de 12 horas;	Acentuada
	Ocorrência presumivelmente incontrolável nas próximas horas;	Crítica
	Necessário um período de tempo igual ou superior a 24 horas para controlar a situação.	
<b>EXTENSÃO TERRITORIAL AFETADA</b>	Entre 5% e 10% da área territorial afetada;	Moderada
	Entre 10% e 20% da área territorial afetada;	Acentuada
	Mais de 20% da área territorial afetada.	Crítica

Esta tipificação de critérios não impede que o PMEPCB possa ser ativado em outras circunstâncias, atenta a ocorrência ou iminência de acidente grave ou catástrofe, podendo o plano ser ativado sempre que a CMPC de Braga o considere necessário para a prossecução das operações de socorro.

Salienta-se ainda que, dependendo da gravidade ou severidade da ocorrência, os pressupostos operacionais contidos no PMEPCB podem, de imediato ser postos em prática por decisão do diretor do plano (Presidente da Câmara Municipal de Braga).

Como já referido anteriormente, o PMEPCB apenas deverá ser desativado quando estiver garantida a segurança da população, bem como as condições mínimas de normalidade das áreas afetadas pelo acidente grave ou catástrofe. Esta desativação é feita pela CMPC de Braga, comunicando este procedimento aos mesmos destinatários e utilizando os mesmos meios que foram utilizados para declaração da sua ativação.